

# Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais<sup>(1)</sup>

Manuel Jacinto Sarmiento<sup>(2)</sup>

## Resumo

Os estudos da infância constituem um campo de pesquisa científica em pleno desenvolvimento, no plano internacional. Um conjunto de indicadores têm mostrado uma elevada definição na constituição de um caminho próprio da produção de Ciências Sociais centradas na infância. Esse caminho é caracterizado pela elevada interdisciplinaridade e pela procura de constituição da infância como objecto científico autónomo. A Sociologia da infância tem contribuído de forma marcante para a definição deste campo de estudos. Neste artigo sumarizam-se os principais pontos de confluência teórica -constructos, perspectivas e problemáticas- sem deixar de assinalar os pontos de ruptura e conflitualidade teórica, característicos do modo de produção científico das Ciências Sociais.

## Palavras-chave

(1) Infância; (2) Estudos da infância; (3) Sociologia da infância.

## Abstract

"Childhood studies" is a field of scientific research in full development at international level. A set of indicators have shown a high definition in the constitution of a proper way of production of social sciences, focused on childhood. This path is characterized by interdisciplinarity and the high demand for constitution of childhood as an autonomous scientific object. The Sociology of childhood has contributed markedly to the definition of this field of study. This article summarizes the main points of confluence theory -constructs, perspectives and problems- but, stress too the points of disruption and conflict theory, characteristic of the production of scientific social science.

## Keywords

(1) Childhood; (2) Childhood studies; (3) Sociology of childhood.

<sup>(1)</sup> Apresentado no Seminário Internacional "Construções contemporâneas sobre a infância - teoria, políticas e práticas sociais". Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e Universidade do Minho - Instituto de Estudos da Criança, Portugal. Setembro 2008.

<sup>(2)</sup> Coordenador do Programa de Doutoramento em Estudos da Criança e do Mestrado em Sociologia da Infância no Instituto de Estudos da Criança (IEC) e Professor Associado com Agregação no IEC da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

O desenvolvimento de novas reflexões sobre a infância contemporânea está profundamente associado à mudança do estatuto das crianças no mundo de hoje. Nunca como agora as crianças foram tematizadas como sujeitos de direitos. Mas, igualmente, nunca como hoje a realidade das crianças foi tão atravessada por desiguais oportunidades de desenvolvimento, por condições de vida tão extremadas nos seus traços fundamentais e por formas de expressão cultural tão veiculadas à indústria de produtos para a infância. As transições e mudanças no estatuto da infância fizeram emergir novas disciplinas e desafios teóricos e conceptuais que se integram no que se vem designando por novos estudos sociais da infância ou por *Estudos da Criança (New Social Studies of Childhood ou Childhood Studies)*.

Os Estudos da Criança constituem, com efeito, um campo interdisciplinar de investigação em pleno desenvolvimento em todo o mundo. Designamos por "campo", seguindo as propostas de Pierre Bourdieu, o conjunto de posições e proposições que caracterizam uma prática social institucionalizada. Inicialmente constituído nos países do Norte da Europa e no universo linguístico anglo-saxónico, o campo tem-se vindo a estruturar e difundir, expandindo-se por todo o mundo. Os indicadores desta institucionalização estão hoje bem definidos:

- Produção de um conjunto de saberes que reivindicam a sua ligação a este campo de estudos;
- Constituição de revistas internacionais de grande difusão que comunicam privilegiadamente os saberes elaborados no campo (destacam-se, entre elas, a *Childhood* e a *Children and Society*);
- Produção de manuais, obras de referência e livros de difusão, que estabelecem o estado da arte e promovem o balanço da produção no campo (destacam-se, entre outros: as obras colectivas organizadas por Kehily, 2004, ou Wise, 2004 e o monumental handbook, recém-

publicado, organizado por Qvortrup; Corsaro & Honig (2009); a pequena, mas muito útil, obra de apresentação de James e James, 2008; para o espaço de língua portuguesa, a obra que organizei juntamente com uma colega brasileira (Sarmiento & Gouvea, 2008);

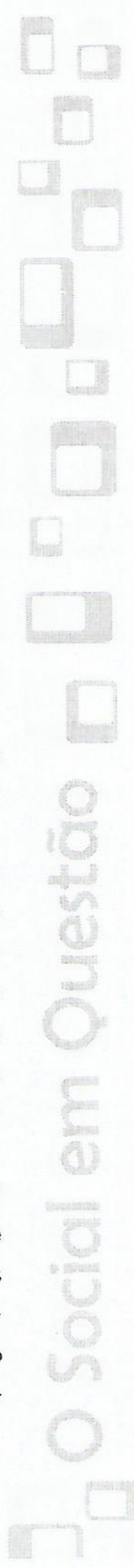
- Constituição de unidades orgânicas universitárias de ensino e/ou investigação que assumem expressamente na sua designação Estudos da Criança (*Child Studies; Childhood Studies ou Early Children's Studies*), movimento este que, iniciando-se nos países escandinavos e prolongando-se, do outro lado do atlântico, nos EUA e no Canadá, tem já expressão em muitas das mais reputadas universidades do Reino Unido, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, Japão, e ainda no Brasil e em Portugal;

- Organização de programas de doutoramento e de mestrado no campo e criação de redes internacionais desses programas (e.g. *European Network on Children's Rights Masters*).

Os novos estudos sociais da infância poderão ser apresentados a partir de quatro pressupostos que, implícita e explicitamente, neles são desenvolvidos:

- A colocação da criança como objecto de conhecimento em si mesmo, e a partir de si mesmo. As crianças não são consideradas como meros destinatários mais ou menos passivos de acções adultas ou de intervenções institucionais a elas dirigidas. São, alternativamente, consideradas a partir do que fazem, agem, pensam e criam, no quadro das interacções múltiplas que estabelecem com outras crianças e com os adultos, mas na autonomia própria da sua forma de pensar e agir. A alteridade da infância é central neste modo de desenvolver investigação com crianças.

- A recusa da redução da criança à dimensão de "ser em transição" para a vida adulta. A criança é considerada no que é, mais do que no que virá a ser, ou a forma como está a tornar-se adulto. Os Estudos da Criança não recusam o conceito de "desenvolvimento infantil", mas assumem como pressuposto de que o desenvolvimento existem todos os ciclos da vida e, sobretudo, consideram-no no qua-



dro das múltiplas relações sociais (familiares, institucionais, no grupo de pares, com os media, com adultos de referência, no espaço público, com os outros indiferenciados) que as crianças estabelecem. Desse modo, as crianças devem ser consideradas como seres competentes, ainda que vulneráveis e carecendo da protecção adulta.

•A geração é um conceito relevante na análise das crianças. Assim como a criança não é um adulto miniaturizado, os contextos de vida das crianças são pertinentes na análise das suas formas de agir e de pensar. Ora, os contextos de vida são comuns e diversos, ao mesmo tempo, para um determinado grupo etário num momento histórico dado. São comuns porque todas as crianças sofrem as consequências dos processos sociais reguladores das condições etárias de existência: não votam, não podem ser eleitas, são compelidas à frequência da escola, têm interdições e permissões sociais distintas dos adultos, estão expostas à indústria cultural para crianças, etc. São diversas, porque as condições estruturais da sociedade tendem a desigualizar e estratificar as diferentes categorias sociais a que as crianças também pertencem: a classe social, o género, a etnia, a cultura, a localização geográfica de residência, as diferenças físico-psicológicas.

•A análise das crianças e dos seus mundos de vida exige uma abordagem interdisciplinar que considere em simultâneo, a natureza e a cultura, o indivíduo e o grupo, o corpo e o pensamento, a acção e a sua reflexão.

No quadro dos novos estudos sociais da criança, a Sociologia da Infância tem tido um papel de charneira ou de interlocutor interdisciplinar privilegiado. Este papel é reivindicado expressamente pela disciplina (Prout, 2005) e constitui um dos seus pontos nodais de desenvolvimento: compreender a infância como geração e a criança como ser biopsicossocial impõe a construção de um saber que estabeleça uma relação dialógica com abordagens que permitam a totalização -e já não a fragmentação- do seu objecto de conhecimento. Tomando por ponto de observação a estrutura social e a acção social -e as relações dialécticas entre uma e outra- a Sociologia da Infância converge com

outras disciplinas (a História da Infância, a Antropologia da Infância, a Psicologia do Desenvolvimento, as Ciências da Educação, etc.) para a dilucidação teórica da condição geracional da infância e a condição social das crianças contemporâneas. Nesse esforço, os diferentes paradigmas sociológicos propõem quadros teóricos diferenciados e mesmo divergentes. Mas há pontos de confluência. São esses pontos que constituem como que uma matriz da disciplina, que visitaremos neste texto.

#### Para uma matriz teórica dos novos estudos sociais da infância

As diferentes correntes, abordagens e teorias presentes na Sociologia da Infância confluem, num conjunto de aspectos que constituem **marcadores** do campo teórico. Estes aspectos assinalam a especificidade de uma reflexão teórica sobre a infância, ainda que algumas das linhas teóricas e conceptuais propostas sejam comuns no campo interdisciplinar, incorporadas por outras disciplinas científicas e diferenciadamente enfatizadas pelas diversas abordagens. Apesar de confluentes, a partir delas estabelecem-se ênfases, pontos de fuga e desenvolvimentos, que assinalam a heterogeneidade do campo e definem as rupturas teóricas entre paradigmas, teorias e abordagens. A apresentação destas confluências teóricas de um modo articulado e sintético, sob a forma de 10 proposições, não pretende, por conseguinte, apresentar como se fosse plano um campo teórico que tem relevo e densidade, mas cujo debate interno se realiza, largamente, por referência a estas bases conceptuais. Em cada proposição sublinharemos em caracteres *bold* as palavras-chave que entendemos poderem constituir o léxico constante de um glossário de base dos novos estudos sociais da infância.

- **A infância deve ser estudada em si própria** (ou a partir do seu próprio campo), independentemente da delimitação dos objectos teóricos construídos pela ciência "adulta", isto é, tomando como ponto de partida aquilo que é distintivo no grupo geracional da infância face a outros grupos geracionais (por exemplo, a configuração histórica das ideias e **imagens sociais da infância** - formas relativamente estabilizadas que em cada época constituem pontos de confi-

guração da interpretação social sobre o que é uma criança, o que lhe é devido fazer e o que lhe é interdito, e o sentido das suas relações com os adultos (estatuto social; relação face ao poder de Estado, etc.) e assumindo a autonomia analítica da acção social das crianças (e não dos adultos sobre as crianças). Isso implica o corte com o **adultocentrismo**, isto é, a perspectiva analítica que estuda as crianças a partir do entendimento adulto, das expectativas dos adultos face às crianças ou da experiência do adulto face à sua própria infância.

• **A infância é uma categoria geracional que necessita de ser estudada de modo a articular os elementos de homogeneidade** (características comuns a todas as crianças, independentemente da sua origem social: estatuto social como grupo etário dependente dos adultos; estatuto político idêntico com inibição de direitos eleitorais até aos 16/18 anos; interdições e obrigações geracionais - proibição de trabalhar, de casar ou de consumir bebidas alcoólicas e obrigação de frequência escolar; características macro-estruturais comuns, como a demografia, políticas públicas direccionadas para as crianças, mercado de produtos para a infância, etc.) **com os elementos de heterogeneidade**, inerentes ao facto das crianças serem também desigualmente distribuídas pelas diferentes categoriais sociais (classe social, género, etnia, subgrupos etários).

• **O conceito de geração é central na configuração sociológica da infância**, porque permite resgatar, quer no plano da análise de estrutura social, quer no plano da análise da acção social das crianças, aquilo que é distintivo. O conceito de geração necessita de ser articulado nas suas várias dimensões:

1. Como conceito que refere um grupo social constituído, intemporalmente, por indivíduos do mesmo escalão etário (ainda que as barreiras inicial e, sobretudo, final desse escalão sejam temporal e espacialmente flexíveis);

2. como conceito que compreende, no plano histórico, um grupo de pessoas do mesmo escalão etário que viveu uma experiência semelhante (por exemplo: as crianças nascidas na segunda metade da década de 30 e na primeira metade da década de 1940 na Europa são marcadas pela experiência da 2ª guerra mundial, tal como as crianças que nasceram na 2ª metade dos anos 1960 e primeira metade dos anos 1970 viveram debaixo das convulsões das reformas sociais e dos costumes então em curso - e em Portugal, a revolução democrática -, bem como as crianças da última década do século XX são marcadas pela disseminação das tecnologias de informação de massas (computadores, telemóveis, Internet, etc.);

3. Como conceito que compreende a diferença da experiência de um grupo etário, formado em condições históricas precisas, ao longo do seu trajecto de vida (as crianças actuais têm uma experiência de relação com os seus pais, diferente da que estes tiveram com os deles, considerando precisamente a diferença da experiência histórica, mesmo se permanecem as relações entre crianças e pais, na durée - dimensão abstracta que se refere à longa duração do tempo histórico, onde as variações tendem a diluir-se face às constantes históricas; por exemplo, a dominação paternalista, na longa duração, dilui as formas mais ou menos autoritárias e mesmo formas mais ou menos violentas de relação intergeracional, e permanece, no essencial, muito pouco alterada).

• **A construção social da infância** (James & Prout, 1990; James; Jenks & Prout, 1998), **historicamente consolidada, realizou-se segundo o princípio da negatividade** - conceito que diz respeito ao processo social de negação de determinadas características ou condições de um grupo, categoria ou aspecto da sociedade; as crianças foram pensadas e reguladas, a partir da modernidade, tomando por base um conjunto de interdições e de prescrições que

sucessivamente negam acções, capacidades ou poderes às crianças, com base na suposta incompetência das crianças: a criança é o que não vota, nem pode ser eleito; o que não sabe e por isso tem de estudar; não é responsável e por isso é inimputável; não se pode casar; não paga impostos; não trabalha; não frequenta espaços onde se vendem bebidas alcoólicas; não participa em negócios, etc. Em contraposição com isto, a Sociologia da Infância estrutura-se em torno da ideia ou paradigma da **competência infantil** (Hutchby & Moran-Elis, 1998), isto é todas as crianças são competentes no que fazem, considerando a sua experiência e as suas oportunidades de vida, sendo que as suas áreas de competência são distintas das áreas de competência adulta.

• **A infância não é uma idade de transição** - a menos que consideremos que todas as idades são de transição, no sentido em que nelas se percorre uma parte do percurso de vida de cada ser humano - mas uma condição social que corresponde a uma fase etária com características distintas de outras fases etárias. As crianças são **atores sociais competentes**, com características próprias, características estas que se exprimem na **alteridade geracional** (diferença relativa face às outras gerações, no que respeita ao estatuto social e aos elementos simbólicos configuradores do grupo geracional). É da ordem da diferença e não da grandeza, incompletude ou imperfeição, que a Sociologia da Infância trata quando estabelece a diferenciação das crianças face aos adultos. Nesse sentido, a Sociologia da Infância é crítica da tradição piagetiana da Psicologia do Desenvolvimento. E mesmo da ideia de desenvolvimento, como expressão de uma visão teleológica, linear e estratificada em etapas do percurso ou itinerário de vida de cada ser humano (Burman, 1994; Souza, 2000).

• **As condições de vida das crianças necessitam, igualmente, de ser estudadas considerando a especificidade da infância perante as esferas sociais da produção e da ci-**



**dadania**, isto é, a divisão social do trabalho, a repartição da riqueza, as práticas de consumo, por um lado e a organização política, os direitos de participação eleitoral e as estruturas de poder e autoridade na comunidade, em geral, por outro. Os indicadores estatísticos normalmente invisibilizam a infância, por não tratarem separadamente os grupos geracionais (Saporiti, 1994). No entanto, sendo as crianças desigualmente afectadas (considerando a heterogeneidade da infância), a categoria geracional infância é a que é mais afectada globalmente por factores estruturais como a desigualdade social, os conflitos bélicos, as carências das políticas sociais e os efeitos a curto e longo prazo dos problemas sociais e ambientais.

• **As crianças são produtores culturais.** As culturas da infância (Corsaro, 1997, 2003; Delalande, 2001; Sarmiento, 2003 e 2004) exprimem os modos diferenciados através dos quais as crianças interpretam, simbolizam e comunicam as suas percepções do mundo, interagem com outras crianças e com os adultos e desenvolvem a sua acção no espaço público e privado. As culturas da infância são geradas nas interacções de pares e no contacto com os adultos. Espelham as diferenças culturais e são por isso declináveis no plural: é de multiculturalidade que se trata, na verdade. No entanto, as culturas da infância não são a reprodução mais ou menos fiel das culturas adultas; tão pouco são culturas adultas diminuídas, imperfeitas ou miniaturizadas. A diferença das culturas da infância decorre do modo específico como as crianças, como seres biopsicosociais com características próprias, simbolizam o mundo, nomeadamente pela conjugação que fazem de processos e dimensões como o jogo, a fantasia, a referência face aos outros e a circularidade temporal.

• **As instituições para crianças configuram em larga medida o "ofício de criança"** (Chamboredon & Prévot, 1982; Sirota, 1993;), isto é o modo "normalizado" do desempenho social das crianças. As instituições desenvolvem processos de socialização vertical, isto é, de transmissão de normas, valores, ideias e crenças

sociais dos adultos às gerações mais jovens. Como tal, elas são normalmente adultocentradas, correspondem a espaços de desempenho profissional adulto (professores, pediatras, psicólogos, assistentes sociais, etc.), exprimem modos mais autoritários ou mais doces de dominação adulta e criam rotinas, temporizações e práticas colectivas conformadas pela e na cultura adulta (Christensen, 2002). Especialmente significativo no trabalho institucional é o papel da escola e o trabalho pedagógico que "inventou o aluno" (Gimeno-Sacristan, 2003) e "institucionalizou a infância" (Ramirez, 1991). Mas as instituições são também preenchidas pela acção das crianças, seja de forma directa e participativa, seja de modo intersticial - isto é, através do protagonismo infantil (com acção influente), ou como modo de resistência, nos espaços ocultos ou libertados da influência adulta - no decurso da qual se realizam processos de socialização horizontal (Plaisance, 2004), isto é: comunicação intrageracional, no âmbito das relações de pares, e se exprime a "ordem social das crianças" (Ferreira, 2004).

• **As mutações da modernidade têm implicações nas condições de vida das crianças e no estatuto social da infância.** As crianças exprimem fortemente as mudanças sociais, quer porque as recebem sob a forma de condições sociais e culturais de existência em transformação, quer porque elas próprias mudam, enquanto actores sociais contextualmente inseridos. As crianças também interpretam as mudanças e posicionam-se perante elas. As mudanças radicam nas transformações mais profundas da sociedade contemporânea: emergência da "sociedade de risco" (Beck, 1992), pela globalização hegemónica (Santos, 2000), com inerentes alterações culturais e tecnológicas e, sobretudo, agravamento das desigualdades sociais, incremento dos factores de desprotecção e desenvolvimento dos dispositivos de influência da indústria cultural para crianças (Steinberg & Kinchloe, 1997). Contra a tese conservadora da "morte da infância" (Postman, 1983), que considera a adultização das crianças destruido-

ra das características distintivas que a infância supostamente adquiriu na modernidade - inocência e protecção face ao mundo de vida dos adultos - a Sociologia da Infância promove o entendimento de que as transformações e mudanças sociais não levam ao desaparecimento da infância, mas promovem transformações estruturais e simbólicas nas condições de vida e nas culturas da infância (Buckingham, 2000). A interpretação dessas mudanças, para além de um desafio teórico, envolve a Sociologia da Infância num projecto social mais amplo de promoção dos direitos de cidadania da infância.

• **A Sociologia da Infância só poderá desenvolver-se se for capaz de se articular com um programa em renovação na própria Sociologia** (Prout, 2005), capaz de dar conta das transformações sociais e da "mudança paradigmática" (Santos, 2000), em curso, de superar as dicotomias sociológicas tradicionais (estrutura/acção; sociedade/individuo) e de articular o estudo das crianças como indivíduos sociais (Lahire, 2004) com a influência das estruturas sociais (em processo contínuo de reestruturação) na configuração da categoria geracional infância. A Sociologia da Infância necessita de dar conta do "declínio do programa institucional" (Dubet, 2002), com os processos contemporâneos de subjectivação. A Sociologia da Infância carece de esbater as suas barreiras disciplinares, constituir-se, também, como uma sociologia da construção discursiva da infância, nomeadamente do discurso psicológico e psicanalítico da infância (Neyrand, 2000), e ampliar-se através do trabalho interdisciplinar capaz de compreender as redes simbólicas de articulação da infância. Finalmente, a Sociologia da Infância só poderá concretizar o seu programa científico se assumir a **participação da criança** (exercício efectivo da decisão no espaço individual e colectivo) como referente, a um tempo, social e metodológico (Alderson, 1995), se tomar a criança como sujeito de conhecimento e se fizer de si própria uma verdadeira Sociologia: isto é, a ciência que busca o conhecimento dos factos sociais, **através das e com as crianças**.

## Conclusão

Os novos estudos sociais da infância têm dado um contributo inestimável para a renovação das concepções sociais da infância, para a compreensão das mudanças e transformações que ocorrem com as novas gerações e para o incremento de estudos científicos mais atentos à infância e às crianças, mais críticos em relação às projecções adultocêntricas na compreensão das práticas e representações das crianças e mais competentes na compreensão dos fenómenos políticos e sociais que constroem a história contemporânea da infância.

A Sociologia da Infância, em diálogo com outras ciências sociais e humanas que contribuem para o campo interdisciplinar dos Estudos da Criança, constitui-se em torno de uma matriz conceptual que aqui procuramos sumariar. Como dissemos, isso não invalida o facto de que a Sociologia da Infância -mas também o campo interdisciplinar dos Estudos da Criança- seja atravessado por tensões e contradições que são inerentes à disputa paradigmática no interior das ciências sociais. Este mesmo facto -o debate interno e as tensões teórico-conceptuais- impede que se possam considerar os novos estudos sociais da infância como uma simples "teoria". Trata-se, pelo contrário, de um campo científico aberto a diferentes teorias e abordagens.

Por outro lado, tão pouco é legítimo considerar os novos estudos sociais da infância como uma "moda científica" de aplicação fácil e fútil a vários campos de conhecimento e intervenção social, como a educação, o serviço social, o direito de crianças e famílias, etc. Apesar da relativa novidade dos seus contributos. A verdade é que os estudos sociais da infância se enraízam numa reflexão sociológica mais vasta, têm raízes e razões históricas bem estabelecidas e projectam-se como um campo denso nas suas problemáticas e reflexões, sendo aliás, bastante refractários a aplicações redutoras ou a fórmulas de natureza prescritiva ou normativa. Assim, o que está em causa é a produção de um conhecimento cientificamente válido e socialmente útil. Conhecimento este que não é alheio às contradições sociais que se projectam epistemologicamente em diferentes valorações dos processos de dominação social.

No interior do campo, a produção de uma investigação criticamente ancorada na desconstrução dos modos de dominação do capitalismo avançado sobre a geração infantil, como um todo, e sobre as crianças de origem popular, em especial, constitui-se como uma das perspectivas porventura mais prometedoras (Marchi & Sarmiento, 2009). Essa produção investigativa não poderá deixar de se alçar na matriz conceptual que neste artigo nos propusemos pôr em destaque, num esforço de mapeamento que nos dê balizas e nos assinale as margens. Mas onde a rota é traçada na atenção devida às razões sociais que determinam as opções pelos caminhos que se escolhem. Este trabalho de pensar sobre o conhecimento que se produz, as suas origens e os seus efeitos sociais - esta **reflexividade reflexa**, como diria Bourdieu (1997) - é a condição de uma ciência que se descobre como uma dimensão de um projecto mais vasto de denúncia dos modos de opressão e de proposta de emancipação social. As crianças são as principais vítimas desses processos de opressão, frequentemente ocultos e subliminares, tantas outras vezes tragicamente patentes nos quotidianos das crianças em meio popular.

As novas Ciências Sociais da infância poderão, a seu modo, contribuir para que, nas e com as crianças, se possa gerar o horizonte projectivo de uma sociedade verdadeiramente humanizada. Encontraríamos então um renovado sentido para o controvertido verso de Wordsworth: "a criança é o pai do homem".

Recebido em junho de 2009, aceite para publicação em setembro de 2009

## Referências bibliográficas

- ALANEN, Leena & MAYALL, Berry (Eds). *Conceptualizing child-adult relations*. London: Routledge, 2001.
- ALDERSON, P. *Listening to children: children, ethics and social research*. Essex: Barnardos, 1995.
- BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Editions du Seuil, 1997.
- BUCKINGHAM, David. *After the death of childhood. Growing up in the age of electronic media*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BURMAN, Erica. *Deconstructing development psychology*. New York: Plenum, 1994.
- CHAMBOREDON, J.C. & PRÉVOT, J. "O ofício de criança". In: GRÁCIO, S. e STOER, S. (Orgs.) *Sociologia da Educação II. Antologia - A construção social das práticas educativas*, Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 51-77.
- CHRISTENSEN, Pia Haudrup "Why more 'quality time' is not on the top of children's lists: the 'qualities of time' for Children", *Children & Society*, vol. 16. 2002. p. 77-88.
- CORSARO, William A. *The Sociology of childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *We're friends, right? Inside kid's culture*. Washington: Joseph Henry Press, 2003.
- DELALANDE, Julie. *La cour de la récréation. Contribution à une anthropologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.
- DUBET, François. *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil, 2002.
- ÉDUCATION ET SOCIÉTÉS. Número temático: Sociologie de l'Énfance 1. N° 2. 1998.
- \_\_\_\_\_. Número temático: Sociologie de l'Énfance 2. N° 3. 1998.

FERREIRA, Maria Manuela. "A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos". As relações sociais num Jardim da Infância. Porto: Afrontamento, 2004.

GIMENO-SACRISTÁN, J. *El alumno como invención*. Madrid: Morata, 2003.

HUTCHBY, I. & MORAN-ELLIS, J. *Children and social competence: arenas of action*. London: Falmer Press, 1998.

JAMES, Allison & JAMES, Adrian. *Key concepts in Childhood Studies*. London: Sage Publications, 2008.

JAMES, Allison & PROUT, Alan (Eds.). *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the Sociological Study of Childhood*. London: The Falmer Press, 1990. p. 7-34.

JAMES, Allison; JENKS, Chris & PROUT, Alan. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

KEHILY, Mary Jane. *An introduction to childhood studies*. Maidenhead: Open University Press, 2004.

LAHIRE, Bernard. *La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004.

MARCHI, Rita & SARMENTO, Manuel Jacinto. *Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma Sociologia da Infância crítica*. Configurações. ICS, Universidade do Minho, 2009. (No prelo).

NEYRAND, Gérard. *L'Enfant. La mère et la question du père. Un bilan critique de l'évolution des savoirs sur la petite enfance*. Paris: PUF, 2000.

PLAISANCE, Eric. "Para uma Sociologia da pequena infância", *Educação e Sociedade*, vol. 25, nº86. 2004. p. 221-241.

POSTMAN, Neil. *The disappearance of childhood*. London: Penguin, 1983.

PROUT, Alan. *The future of childhood*. London: Routledge Falmer, 2005.

QVORTRUP, Jans; CORSARO, William & HONIG, Michael-Sebastian. *The Palgrave*

**Handbook of Childhood Studies.** Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2009.

RAMIREZ, Francisco O. "Reconstitución de la infancia. Extensión de la condición de persona y ciudadano", *Revista de Educación*. 294. 1991. p. 197-220.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente.** Contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2000.

SAPORITI, A. "A methodology for making children count". In: QVORTRUP, J. (Ed.), *Childhood Matters*. Aldershot: Avebury, 1994.

SARMENTO, Manuel Jacinto. "Imaginário e culturas da infância". *Cadernos de Educação*. Revista da Faculdade Educação da Universidade de Pelotas, RS, Brasil, ano 12, nº 21. 2003. p. 51-69.

\_\_\_\_\_. "As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade". In SARMENTO, M.J. & CERISARA, A. B., (Coords.). *Crianças e miúdos*. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto & GOUVÊA, Cristina (Org.). **Estudos da infância:** educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SIROTA, Regine. "*Le métier d'élève*", *Revue Française de Pédagogie*, 104. 1993.

SOUZA, Solange Jobim. "Resignificando a Psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica". In: KRAMER, S. & LEITE, M. I. (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 2000. p. 39-55.

STEINBERG, Shirley R. & KINCHELOE, Joe L. (Eds.). *Kinderculture. The corporate construction of childhood*. Boulder: Westview Press, 1997.

WYSE, Dominic (Ed.). *Childhood Studies. An introduction*. Malden: Blackwell Publishers, 2004.